

PARTE I – RECURSOS

Capítulo 1

TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1.1	Atos jurisdicionais	17
1.2	Meios de impugnação	20
1.2.1	Recursos	22
1.2.1.1	Conceito	23
1.2.1.2	Natureza jurídica	24
1.2.1.3	Fundamentos	25
1.2.1.4	Princípios gerais	26
1.2.1.4.1	Taxatividade	26
1.2.1.4.2	Unirrecorribilidade	27
1.2.1.4.3	Fungibilidade	29
1.2.1.4.4	Voluntariedade	30
1.2.1.4.5	Proibição de <i>reformatio in pejus</i>	31
1.2.1.5	Efeitos da interposição dos recursos	31
1.2.2	Ações autônomas de impugnação	34
1.2.2.1	Sucedâneos recursais ou ação autônoma de impugnação	34
1.2.2.2	Ações autônomas de impugnação “em espécie”	35
1.2.2.3	Meios de impugnação atípicos	38
1.3	Pressupostos de admissibilidade dos recursos	39
1.3.1	Pressupostos objetivos	39
1.3.1.1	Cabimento	39
1.3.1.2	Tempestividade	40
1.3.1.3	Regularidade formal ou procedimental	41
1.3.2	Pressupostos subjetivos	42
1.3.2.1	Legitimidade para recorrer	42
1.3.2.2	Legitimidade da parte	43
1.3.2.3	Legitimidade dos terceiros	44
1.3.2.4	Legitimidade do Ministério Público	44
1.3.3	Interesse recursal	45
1.3.3.1	Necessidade recursal	45
1.3.3.2	Utilidade de novo julgamento	46

1.4	Admissibilidade dos recursos antes da publicação.....	48
1.5	Desistência do recurso e renúncia ao direito de recorrer.....	51
1.5.1	Desistência do recurso.....	51
1.5.2	Renúncia ao direito de recorrer.....	53
1.6	Recurso adesivo.....	54
1.6.1	Renúncia ao recurso adesivo e desistência do recurso interposto	56

Capítulo 2

RECURSOS EM ESPÉCIE

2.1	Apelação.....	59
2.1.1	O cabimento da apelação em face da Lei nº 11.276/2006.....	60
2.1.2	Efeitos do recurso de apelação.....	63
2.1.2.1	A diminuição da utilização do efeito suspensivo nas sentenças.....	65
2.1.3	A inovação contida na Lei nº 11.277/2006 no recurso de apelação.....	69
2.1.3.1	A sucumbência no novo art. 285-A em face da vedação <i>reformatio in pejus</i>	71
2.1.4	Vista dos autos no julgamento de apelação ou agravo.....	72
2.2	Agravo.....	73
2.2.1	Agravo de instrumento.....	74
2.2.1.1	Retrospectiva histórica sobre o agravo de instrumento	74
2.2.1.2	O novo regime do agravo de instrumento – Lei nº 11.187/2005.....	76
2.2.1.3	Rito do agravo de instrumento.....	78
2.2.1.4	Regras para julgamento dos órgãos colegiados em face dos recursos de agravo e apelação.....	81
2.2.2	Agravo retido consoante a Lei nº 11.187/2005.....	82
2.2.2.1	Vantagens do agravo retido diante da celeridade processual.....	85
2.3	Embargos infringentes.....	86
2.3.1	Cabimento dos embargos infringentes.....	87
2.3.2	Efeitos dos embargos infringentes.....	87

2.3.3	Procedimento dos embargos infringentes.....	89
2.3.4	Cabimento dos embargos infringentes no mandado de segurança e em remessa <i>ex officio</i>	89
2.3.4.1	Embargos infringentes em mandado de segurança....	90
2.3.4.2	Embargos infringentes e remessa <i>ex officio</i>	91
2.3.5	Desacordo total e parcial.....	92
2.3.5.1	Considerações sobre o voto vencido.....	92
2.4	Embargos de declaração.....	93
2.4.1	O efeito modificativo dos embargos de declaração.....	96
2.4.2	Efeitos processuais dos embargos	97
2.5	Recurso especial e recurso extraordinário	98
2.5.1	Pontos em comum entre os recursos especial e extraordinário ...	100
2.5.2	Procedimento.....	102
2.5.3	A inadmissão dos recursos especial e extraordinário	103
2.5.3.1	Processamento do agravo contra o órgão <i>a quo</i>	103
2.5.3.2	Caso o recurso seja admitido.....	104
2.5.4	Cabimento do recurso especial em face da utilização de fonte eletrônica – Lei nº 11.341/2006.....	105
2.5.5	EC nº 45/2004 e as modificações em face do recurso extraordinário	107
2.5.5.1	O juízo de admissibilidade do recurso extraordinário após a EC nº 45/2004.....	108
2.5.5.1.1	Repercussão Geral.....	109
2.5.5.1.2	Arguição de Relevância	109
2.5.5.2	Relevância e transcendência da questão debatida	110
2.5.5.3	Ônus de arguição e demonstração da repercussão geral.....	110
2.5.5.4	Competência	111
2.5.5.5	<i>Quorum</i> e momento para apreciação.....	111
2.5.5.6	Julgamento público e motivado.....	111
2.5.5.7	Súmula do julgamento acerca da repercussão.....	111
2.5.5.8	Eficácia do reconhecimento da repercussão geral.....	111
2.5.5.9	Eficácia do não reconhecimento da repercussão geral	112
2.5.5.10	A irrecurribilidade da decisão que não conhece do RE por ausência de relevância e transcendência.....	112

2.5.5.11	Apresentação adequada da controvérsia e seleção de representação adequada	112
2.5.5.12	Eficácia do reconhecimento da repercussão geral da questão debatida	113
2.5.5.13	Eficácia do não reconhecimento da repercussão geral da questão debatida	113
2.5.5.14	Direito Intertemporal	113
2.5.6	Recursos Especiais Repetitivos	113
2.5.6.1	Procedimento de Julgamento em massa ou efeito extensivo do recurso especial em ações repetitivas	114
2.5.6.2	Natureza do novo procedimento	117
2.6	Recursos para o Supremo Tribunal Federal	118
2.6.1	Recurso ordinário	119
2.6.2	Recurso ordinário de agravo de instrumento	120
2.6.3	Embargos de divergência em recurso extraordinário	121
2.7	Recursos para o Superior Tribunal de Justiça	123
2.7.1	Recurso ordinário	123
2.7.2	Recurso ordinário de agravo	124
2.7.3	Embargos de divergência em recurso especial	125

Capítulo 3

LEI DE ARBITRAGEM

3.1	Forma de resolução de conflito	128
3.1.1	Autotutela	128
3.1.2	Jurisdição	129
3.1.3	Autocomposição	129
3.2	Natureza jurídica do juízo arbitral	130
3.3	Classificação das sentenças arbitrais	131
3.4	Prazos e requisitos das sentenças arbitrais	131
3.5	Coisa julgada na arbitragem	132
3.6	Recurso e nulidade em face da sentença arbitral	133

PARTE II – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS*Capítulo 1***DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE
JURISDIÇÃO CONTENCIOSA**

1.1	Da ação de consignação em pagamento.....	136
1.2	Da ação de depósito.....	141
1.3	Da ação de anulação e substituição de títulos ao portador.....	145
1.4	Da ação de prestação de contas.....	146
1.5	Das ações possessórias.....	150
1.6	Da ação de nunciação de obra nova.....	153
1.7	Da ação de usucapião.....	157
1.8	Da ação de divisão e da demarcação de terras particulares.....	160
1.9	Do inventário e da partilha.....	162
1.10	Dos embargos de terceiro.....	181
1.11	Da habilitação.....	183
1.12	Da restauração de autos.....	184
1.13	Das vendas a crédito com reserva de domínio.....	187
1.14	Da ação monitória.....	188

*Capítulo 2***DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE
JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA**

2.1	Das alienações judiciais.....	192
2.2	Da separação consensual.....	193
2.3	Dos testamentos e codicilos.....	195
2.4	Da herança jacente.....	200
2.5	Dos bens dos ausentes.....	201

2.6	Das coisas vagas	202
2.7	Da curatela de interditos.....	203
2.8	Da nomeação e remoção de tutor ou curador.....	204
2.9	Da organização e da fiscalização das fundações.....	206
2.10	Da especialização da hipoteca legal.....	207
	Bibliografia.....	211